objeto a preparação de projetos de leis específicas dos mananciais do Alto Tietê, e

Considerando, ainda, a necessidade de distribuição das atribuições do Órgão Técnico, previstas em lei, entre a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e a Secretaria de Estado de Saneamento e Recursos Hídricos, de acordo com as matérias a elas afetas.

RESOLVEM:

Artigo 1º - Até que sejam criados e aparelhados os escritórios regionais das Áreas de Proteção e Recuperação dos Mananciais, das Bacias Hidrográficas dos Reservatórios Guarapiranga e Billings, as atribuições dos respectivos Órgãos Técnicos dos Sistemas de Planejamento e Gestão serão executadas pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente, por meio de suas Coordenadorias e da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB, e pela Secretaria de Estado de Saneamento e Recursos Hídricos, por meio de suas Coordenadorias e da Unidade de Gerenciamento de Programas - UGP, no limite de suas atribuições e no âmbito das respectivas áreas de proteção, disciplinadas na forma desta Resolução.

Artigo 2º - A Secretaria de Estado de Saneamento e Recursos Hídricos, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB serão responsáveis pelas seguintes atribuições, de forma geral, a serem encaminhadas para as áreas responsáveis, de acordo com a natureza da demanda:

I - subsidiar e dar cumprimento às decisões dos Órgãos Colegiados dos Sistemas de Planejamento e Gestão das APRMs, e

II - subsidiar e oferecer suporte administrativo e técnico necessário ao funcionamento dos Órgãos Colegiados, dando cumprimento às suas determinações.

Parágrafo único - As demandas previstas neste artigo, de acordo com sua natureza, serão encaminhadas para as coordenadorias ou departamentos dos órgãos descritos no caput.

Artigo 3º - A Secretaria de Estado de Saneamento e Recursos Hídricos, por meio de suas Coordenadorias e da Unidade de Gerenciamento de Programas - UGP, será responsável pelas seguintes atribuições:

I - elaborar e atualizar o Plano de Desenvolvimento e Proteção Ambiental - PDPA, em articulação com os órgãos integrantes do Sistema de Planejamento e Gestão das respectivas Áreas de Proteção e Recuperação dos Mananciais - APRMs;

II - criar, coordenar, operacionalizar e manter atualizado o Sistema Gerencial de Informações - SGI, garantindo acesso aos órgãos e entidades da administração pública municipal, estadual e federal e à sociedade civil;

III - apoiar o Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê e seus respectivos Subcomitês na condução das propostas de criação, revisão e atualização de Áreas de Intervenção, com suas respectivas diretrizes e normas de interesse regional e de reenquadramento das Áreas de Recuperação Ambiental - ARAs, ambas no âmbito do Plano de Desenvolvimento e Proteção Ambiental - PDPA, em articulação com os órgãos integrantes do Sistema de Planejamento e Gestão das respectivas Áreas de Proteção e Recuperação dos Mananciais - APRMs;

IV - recepcionar, inserir e manter registro no Sistema Gerencial de Informações - SGI, das informações fornecidas pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB, relativas ao cumprimento das obras e ações previstas nos Programas de Recuperação de Interesse Social - PRIS e projetos de implantação de Habitações de Interesse Social - HIS;

V - recepcionar, inserir e manter registro no Sistema Gerencial de Informações - SGI, dos relatórios mensais contendo as atividades desenvolvidas pelo Grupo de Fiscalização Integrada a serem fornecidos pela Coordenadoria de Fiscalização Ambiental - CFA;

VI - recepcionar, inserir e manter registro dos dados relativos às compensações ambientais efetuadas nos processos de licenciamento e de regularização, a serem fornecidos pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB;

VII - propor ações e formas de incentivo a empreendimentos e atividades compatíveis com a proteção dos mananciais, de acordo com as diretrizes desta lei e metas estabelecidas no PDPA em articulação com os órgãos integrantes do Sistema de Planejamento e Gestão das respectivas Áreas de Proteção e Recuperação dos Mananciais - APRMs;

VIII - acompanhar, em conjunto com os órgãos e entidades da Administração Pública envolvidos, o cumprimento das metas definidas no Plano de Desenvolvimento e Proteção Ambiental - PDPA e nas leis das Áreas de Proteção e Recuperação dos Mananciais - APRMs;

IX - disponibilizar, anualmente, à Fundação Agência da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê - FABHAT, as informações necessárias para a elaboração do Relatório de Situação da Qualidade dos Recursos Hídricos das Áreas de Proteção aos Mananciais das Bacias Hidrográficas dos Reservatórios Guarapiranga e Billings, que deverão integrar o Relatório de Situação da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê;

X - encaminhar o Relatório de Situação da Qualidade dos Recursos Hídricos das Áreas de Proteção e Recuperação dos Mananciais - APRMs ao Comitê de Bacia Hidrográfica do Alto Tietê e aos respectivos Subcomitês para que sejam priorizadas as intervenções necessárias para redução da carga poluidora afluente ao reservatório, e

XI - disponibilizar o relatório de Situação dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê, na rede mundial de computadores e no Sistema Gerencial de Informações - SGI, e também às instituições e colegiados responsáveis pelas políticas públicas de meio ambiente, saneamento básico, saúde, desenvolvimento regional e demais instâncias que o solicitarem.

Artigo 4º - A Secretaria de Estado do Meio Ambiente, por meio da Coordenadoria de Planejamento Ambiental - CPLA, será responsável pelas seguintes atribuições:

I - apoiar a elaboração e atualização do Plano de Desenvolvimento e Proteção Ambiental - PDPA;

II - encaminhar ao Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê e seus respectivos Subcomitês a análise de propostas de criação, revisão e atualização de Áreas de Intervenção, com suas respectivas diretrizes e normas de interesse regional e de reenquadramento das Áreas de Recuperação Ambiental - ARAs, ambas no âmbito do Plano de Desenvolvimento e Proteção Ambiental - PDPA, em articulação com os órgãos integrantes do Sistema de Planejamento e Gestão das respectivas Áreas de Proteção e Recuperação dos Mananciais - APRMs;

III - emitir manifestação, em conjunto com os demais órgãos da SMA, sobre a compatibilização da legislação ambiental e urbanística estadual e municipal em relação às diretrizes e parâmetros das leis específicas das Áreas de Proteção e Recuperação dos Mananciais - APRMs;

IV - emitir manifestação, em conjunto com os demais órgãos da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, sobre a efetiva adequação do Plano Diretor e das leis municipais de uso e ocupação do solo, às disposições das leis específicas estaduais, em especial quando da aplicação de compensação financeira prevista em lei; e

V - apoiar a elaboração, a implantação e a operação do Sistema Gerencial de Informações - SGI.

Artigo 5º - A Secretaria de Estado do Meio Ambiente, por meio da Coordenadoria de Fiscalização Ambiental - CFA, será responsável pelas seguintes atribuições:

I - dar apoio aos Grupos de Fiscalização Integrada e sediá-los dentro dos limites das respectivas Bacias Hidrográficas;

II - apoiar e gerir a execução de programas e ações de fiscalização nas Áreas de Proteção e Recuperação dos Mananciais dos Reservatórios Guarapiranga e Billings;

III - publicar, anualmente, na imprensa oficial, a relação dos infratores com a descrição da infração, do devido enquadramento legal e da penalidade aplicada, e

IV - elaborar, mensalmente, relatório das atividades desenvolvidas pelo Grupo de Fiscalização Integrada e encaminhá-los aos órgãos licenciadores, ao Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê e seus respectivos subcomitês, e à Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos para atualização do Sistema Gerencial de Informações - SGI.

Artigo 6º - A Secretaria de Estado do Meio Ambiente, por meio da Coordenadoria de Educação Ambiental - CEA, será responsável pela atribuição de apoiar as ações de Educação Ambiental com enfoque na proteção e recuperação da qualidade e quantidade das águas dos Reservatórios Guarapiranga e Billings, no âmbito das respectivas bacias hidrográficas, em articulação com a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB e demais Coordenadorias da Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

Artigo 7º - A Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB, por meio de suas diretorias e departamentos, será responsável pelas seguintes atribuições:

I - emitir parecer para os Programas de Recuperação de Interesse Social - PRIS e para projetos de implantação de Habitações de Interesse Social - HIS;

II - recepcionar as informações, a serem enviadas pelos Órgãos Promotores dos Programas de Recuperação de Interesse Social - PRIS, sobre o momento de início e término das intervenções;

III - verificar, no que se refere às suas atribuições legais, a execução das obras e ações previstas nos Programas de Recuperação de Interesse Social - PRIS;

IV - verificar o término da implantação dos Programas de Recuperação de Interesse Social - PRIS;

V - recepcionar e manter cadastro, para fins de monitoramento e avaliação, dos Relatórios Anuais de Acompanhamento dos Programas de Recuperação de Interesse Social - PRIS, que deverão ser encaminhados pelos agentes promotores do Programa, durante o período de implantação das intervenções, e por no mínimo 2 (dois) anos após sua conclusão e operação;

VI - manter registro das compensações efetuadas nos processos de licenciamento e de regularização;

VII - elaborar parecer técnico, se solicitado pelos órgãos competentes, sobre proposta de compensação ambiental.

VIII - realizar planejamento anual das ações do Programa Integrado de Monitoramento da Qualidade Ambiental das Áreas de Proteção e Recuperação dos Mananciais - APRMs Guarapiranga e Billings, em conjunto com os órgãos responsáveis por sua execução;

IX - avaliar anualmente o Programa Integrado de Monitoramento da Qualidade Ambiental das Áreas de Proteção e Recuperação dos Mananciais - APRMs Guarapiranga e Billings, estabelecido no Plano de Desenvolvimento e Proteção Ambiental - PDPA, em conjunto com os órgãos e entidades da Administração Pública envolvidos;

X - disponibilizar, anualmente, à Fundação Agência da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê - FABHAT, as informações necessárias para a elaboração do Relatório de Situação da Qualidade dos Recursos Hídricos das Áreas de Proteção aos Mananciais das Bacias Hidrográficas dos Reservatórios Guarapiranga e Billings, que deverão integrar o Relatório de Situação da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê.

§ 1º - As informações relativas ao Licenciamento, Regularização, Compensação, Programa de Recuperação de Interesse Social - PRIS e Habitação de Interesse Social - HIS descritas nos incisos de I a VI deste artigo, deverão ser encaminhadas anualmente à Secretaria de Estado de Saneamento e Recursos Hídricos para sua inclusão no Sistema Gerencial de Informações - SGI.

§ 2º - Para realizar a avaliação anual e o planejamento do Programa Integrado de Monitoramento da Qualidade Ambiental das Áreas de Proteção e Recuperação dos Mananciais - APRMs Guarapiranga e Billings, de que tratam os incisos VIII e IX deste artigo, a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB contará com o apoio e suporte dos órgãos, entidades, concessionárias e prestadores de serviços públicos, responsáveis pela execução do monitoramento da qualidade ambiental, descritos no artigo 11 do Decreto 51.686, de 22-03-2007, e artigo 54 da Lei 13.579, de 13-07-2009.

Artigo 8º - Fica criado Grupo Técnico formado por representantes dos órgãos com atribuições definidas nesta Resolução, que deverá acompanhar e apoiar os trabalhos desenvolvidos.

Parágrafo único - Os representantes do Grupo Técnico aludidos no caput deste artigo deverão ser indicados no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de publicação desta Resolução.

Artigo 9º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Resolução SMA 112, de 29-11-2010.

Despacho do Chefe de Gabinete, 23-07-2013

Concedendo face a manifestação do Diretor Geral do Instituto Florestal, acostada às fls. 36, o prazo de 60 (sessenta) dias para conclusão da apuração preliminar conforme pleiteado, de acordo com o § 2º do artigo 265 do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo. (Processo SMA 3.523/2013)

Despacho do Secretário de 15-07-2013

Autorizando a interdição temporária do empreendimento Marmoraria Paulistano Ltda. - ME, localizado à Avenida Oliveira Freire, 544, Parque Paulistano, Município de São Paulo - SP, até a obtenção da Licença de Operação da CETESB, por infração aos artigos 58, 58-A inciso II e 62 inciso II do Regulamento da Lei 997, de 31-05-1976, aprovado pelo Decreto 8468, de 08-09-1976 e suas alterações. Processo CETESB 30/00004/13

Despacho do Chefe de Gabinete, de 24-07-2013

Determinando, com base nos elementos de instrução trazidos às fls. 49/54 e, especialmente, no pronunciamento de fls. 55 do Procurador do Estado Presidente da 10ª Unidade Processante da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares, a teor do disposto nos artigos 270 e 274, combinados com o artigo 260, e no artigo 291, todos da Lei Estadual 10.261, de 28-10-1968, alterada pela Lei Complementar 942, de 06-06-2003, em complementação ao Despacho CG 1485/2013 de fls. 43/44, o aditamento da Portaria PPD 1174/2013, às fls. 46/48, por meio da qual foi instaurado processo administrativo disciplinar em face do servidor M. A. de A. S, portador do RG 7.568.172-9, para que também se apure, de acordo com o rito estabelecido no artigo 274 e seguintes do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado, sob a égide dos princípios do contraditório e da ampla defesa, a recusa do mencionado agente público em exercer suas atividades no mês de maio de 2013, com a indicação, se comprovadas as acusações, da sanção adequada a ser imposta pela autoridade competente, e de outras medidas porventura pertinentes; e

Encaminhando o feito à Procuradoria Geral do Estado, conforme o artigo 3º da Lei Complementar 1.183, de 30-08-2012, para que a 10ª Unidade Processante da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares proceda ao aditamento da Portaria PPD 1174/2013, nos termos deste despacho. (Processo SMA 3.495/2013)

Despacho do Secretário, de 24-07-2013

Autorizando com fundamento disposto no artigo 69, inciso VI, alínea "b", número 2, do Decreto Estadual 57.933, de 02-04-2012, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente/Instituto de Botânica, receber em doação da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP, os bens discriminados às folhas 05/06, com cópia das notas fiscais folhas 10/24, no valor total de R\$ 145.706,40, para efeito contábil. Parecer CJ/SMA 535/2013. (Processo SMA-3201/2013)

Comunicado

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente, nos termos do artigo 10, da Resolução SMA 30, de 26-04-2013, COMUNICA que foram cadastradas as seguintes entidades, a fim de participarem da Assembleia de eleição dos representantes da sociedade civil:

- Sociedade Amigos do Belém - SAB;
- Associação de Voluntários do Hospital Maternidade Leonor Mendes de Barros - VOMAT;
- Sociedade Agostiniana de Educação e Assistência.

Destarte, esta Secretaria de Estado do Meio Ambiente CONVOCA as entidades supracitadas para participarem da Assembleia de eleição dos representantes da sociedade civil que compoão o Conselho de Orientação do Parque Estadual do Belém, a ser realizada no dia 31-07-2013, às 10h, na Administração do Parque Estadual do Belém, situada na Avenida Celso Garcia, 2.593, Tatuapé, CEP: 03015-000, São Paulo/SP. (Processo SMA 645/2013)

Extrato do Contrato

CONTRATO/2013: Contrato que entre si celebram o Estado de São Paulo, por sua Secretaria de Estado do Meio Ambiente; a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB, e o Banco do Brasil S.A, objetivando estabelecer as condições necessárias à aplicação e gestão dos recursos do Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição – FECOP.

Participes: o Estado de São Paulo, por sua Secretaria de Estado do Meio Ambiente; a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB, e o Banco do Brasil S.A.

Objeto: estabelecer as condições necessárias à aplicação e gestão dos recursos do Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição – FECOP.

Vigência: no máximo até 16-03-2014, respeitando-se o estipulado no artigo 17 do Decreto Estadual 55.357, de 18-01-2010. Parecer Jurídico: Parecer CJ/SMA 594/2013

Data da assinatura: 17 de julho 2013. (Processo SMA 167/2002)

Despacho do Secretário, de 23-07-2013

Considerando os elementos constantes nos presentes autos, no uso de minhas atribuições legais e nos termos do disposto no artigo 26 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, c.c. o artigo 26 da Lei Estadual 6.544/89, RATIFICO a íntegra da instrução processual e a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, reconhecida pelo Senhor Chefe de Gabinete a favor da empresa IMAGEM GEOSISTEMAS E COMÉRCIO LTDA, com fundamento no "caput" do artigo 25 da Legislação Federal de Licitações e Contratos, referente à participação de funcionários no IV Encontro de Usuários Esri Brasil. (Processo SMA 5721/2013)

COORDENADORIA DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL

Extrato do Primeiro Termo Aditivo de Retirraficação

Processo 9.194/2012
 Contrato: Firmado em 26-10-2012
 Parecer Jurídico 555/2013

Contratante: Secretaria do Estado do Meio Ambiente – Coordenadoria de Parques Urbanos.
 Contratado: DUBBAI SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA - EPP

Objeto: Aditamento ao Contrato firmado com DUBBAI SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA - EPP para a prestação de serviços de vigilância/segurança patrimonial no Parque Gabriel Chucre – Lagoa de Carapicuíba.

Valor: R\$ 234.474,00
 Data da Assinatura: 24-06-2013

Extrato do Quinto Termo Aditivo e de Retirratificação

Processo 3.956/2009
 Contrato: 13/2009/GS
 Parecer Jurídico 249/2013

Contratante: Secretaria do Estado do Meio Ambiente – Gabinete do Secretário.

Contratado: DEMAX SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA.
 Objeto: Cláusula Segunda: "Alterar a indicação orçamentária, para constar a assunção, pela Coordenadoria de Parques Urbanos da Secretaria do Meio Ambiente, UGE 260121, da responsabilidade administrativa e financeira pela contratação, a partir de 01-06-2013."

Data da Assinatura: 29-05-2013

Extrato do Sexto Termo Aditivo de Retirratificação

Processo 3.956/2009
 Contrato: 13/2009/GS
 Parecer Jurídico 454/2012

Contratante: Secretaria do Estado do Meio Ambiente – Gabinete do Secretário.
 Contratado: DEMAX SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA.
 Objeto: Aditamento do Contrato firmado com DEMAX SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA. para a prestação de serviços de limpeza e manutenção de áreas verdes.
 Valor: R\$ 644.512,82
 Data da Assinatura: 01-06-2013

FUNDAÇÃO PARA A CONSERVAÇÃO E A PRODUÇÃO FLORESTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Despacho do Diretor Administrativo Financeiro, de 24-07-2013

Ata de Registro de Preços FF 03/2013
 Processo 906/2013

Interessado: DIRETORIA EXECUTIVA - UEP/MEIO AMBIENTE
 Assunto: Aquisição de gêneros alimentícios para através da Ata de Registro de Preços FF 03/13, realizada pela Fundação Florestal.

HOMOLOGO a despesa e a emissão de empenho, a favor da empresa Supermercado Morada do Sol Ltda, no valor de R\$ 2.085,42 e a favor da empresa Nutricional Comercio de Alimentos Ltda, no valor de 202,00 (duzentos e dois reais).

FUNDAÇÃO PARQUE ZOOLOGICO DE SÃO PAULO

Despacho do Diretor Presidente, de 23-07-2013

AVISO DE AUTORIZAÇÃO E RATIFICAÇÃO
 Ref.: Contratação por Dispensa de Licitação
 Art. 24, IV, da Lei Federal 8.666/93
 Processo 0679DL1307

Acolhendo os fundamentos constantes nos pronunciamentos da Assessoria Jurídica da Entidade, AUTORIZO e RATIFICO a contratação da empresa EBRAPI COM. E REPRESENTAÇÕES LTDA, CNPJ 46.422.275/0001-14, com dispensa de licitação, fundamentada no artigo 24, inciso IV, da Lei Federal 8.666/93, objetivando a aquisição de 300 (trezentos) quilos de sal grosso marinho granulado, isento de iodo, a pedido do Setor de Mamíferos.

O montante financeiro para a aquisição pretendida é de R\$ 4.500,00.

Publique-se para conhecimento dos interessados e demais efeitos de direito.

Procuradoria Geral do Estado

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO

Despacho do Senhor Procurador Geral do Estado Adjunto, Respondendo pelo Expediente, de 24-7-2013

Processo: PGE/GDOC 16678-77352/2013. Interessado: Procuradoria Regional de Campinas (PR-5). Assunto: Renovação de Certificados Digitais.

"Ratifico, nos termos do artigo 26 da Lei Federal 8.666/93, com a redação dada pelo artigo 17 da Lei Federal 11.107/2005, a dispensa de licitação declarada por Procurador do Estado que responde pelo expediente da Procuradoria Regional de Campinas (PR5), com fundamento no inciso XVI do artigo 24 da Lei Federal 8.666/93 c/c parágrafo único do artigo 2º do Decreto estadual 48.599/2004, para a contratação da Imprensa Oficial do Estado S.A. – IMESP, com vistas à renovação de 40 (quarenta) certificados digitais "e-CPF" (A3) para acesso e movimentação de processos judiciais eletrônicos e outras funcionalidades que essa ferramenta permite."

Processo: PGE/GDOC 18838-177033/2011. Interessado: Procuradoria Regional de São José do Rio Preto. Assunto: Contratação de prestação de serviços para manutenção de aparelhos de ar condicionado da Regional..

"Nos termos da manifestação da Subprocuradoria Geral do Estado da Área da Consultoria Geral, Rerratifico o despacho de fl. 517, publicado no D.O. de 04-07-2013, para dele fazer constar o nome correto da empresa apenas qual seja: Cláudio Lima dos Santos ME, CNPJ 07.862.403/0001-99."

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Extrato de Termo de Rescisão
 Processo: GDOC NÀ 18546-72430/2013
 Contratante: Procuradoria Geral do Estado
 Contrato: 016/2013
 Contratado: Empresa Crystal Viagens Turismo e Eventos Ltda-Me

Objeto: Rescisão Contratual de Comum Acordo a Partir de 1À/07/2013, com Fundamento no Inciso II, do Artigo 79, da Lei Federal Nà 8.666/93 E Alteraaões Posteriores.

Data da Assinatura: 24-06-2013

Extrato de Aditamento
 Processo: GDOC-16831-442299/2009
 Contratante: Procuradoria Geral do Estado.
 Contrato: PGE 12/2009
 Alteração: 4

Parecer DA: 22/2013
 Contratado: Empresa Softplan Planejamento e Sistemas Ltda

Objeto: Prorrogação do prazo da vigência por 12 (doze) meses de

20/07/2013 a 19-07-2014
 Valor Total: R\$ 1.011.841,32
 Valor para o exercício de 2013: R\$ 452.517,92
 Valor para o exercício de 2014: R\$ 559.323,40

Classif. Recursos: Programa de Trabalho: 03.126.4407.5892.0000
 Unidade Gestora: 400102
 Subelemento Economico: 339039-12
 Data da Assinatura: 17-07-2013

CONSELHO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Comunicado
 PAUTA DA 25ª SESSÃO ORDINÁRIA-BIÊNIO 2013/2014
 DATA DA REALIZAÇÃO: 26/07/2013
 HORÁRIO 10:00h
 HORA DO EXPEDIENTE

I- COMUNICAÇÕES DA PRESIDÊNCIA
 II- RELATOS DA SECRETARIA
 III- MOMENTO DO PROCURADOR
 IV- MOMENTO VIRTUAL DO PROCURADOR

V- MANIFESTAÇÕES DOS CONSELHEIROS SOBRE ASSUNTOS DIVERSOS

ORDEM DO DIA
 PROCESSO: 18575-197764/2013
 INTERESSADA: Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania

LOCALIDADE: São Paulo
 ASSUNTO: Afastamento da Procuradora do Estado Drª Berenice Maria Giannella para, com prejuízo dos vencimentos, mas sem prejuízo das demais vantagens do cargo, exercer o cargo de Presidente da Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente – CASA-SP, no período de 24 de junho a 31 de dezembro de 2013.

RELATOR: Conselheiro Adalberto Robert Alves
 PROCESSO: 17040-777397/2013
 INTERESSADO: Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Estado

LOCALIDADE: São Paulo
 ASSUNTO: Afastamento de Procuradores do Estado para, sem prejuízo dos vencimentos e das demais vantagens do cargo, participarem do "9º Forum Brasileiro de Controle da Administração Pública", promovido pela Editora Forum, a ser realizado no Rio de Janeiro/RJ, nos dias 22 e 23 de agosto de 2013.

RELATORA: Conselheira Mariana Rosada Pantano
 PROCESSO: 16847-800999/2013
 INTERESSADO: Marcelo de Aquino

LOCALIDADE: São Paulo
 ASSUNTO: Pedido de afastamento para, sem prejuízo dos vencimentos e demais vantagens do cargo, participar do "VIII Congresso Brasileiro de Regulação", promovido pela Associação Brasileira de Agência de Regulação - ABAR, a ser realizado em Fortaleza/CE no período de 19 a 23 de agosto de 2013.

RELATORA: Conselheira Regina Marta Cereda Lima
 PROCESSO: 17040-816522/2013
 INTERESSADO: Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Estado

LOCALIDADE: São Paulo
 ASSUNTO: Pedido de afastamento para, sem prejuízo dos vencimentos e das demais vantagens do cargo, participar do "9º Forum Brasileiro de Controle da Administração Pública", promovido pela Editora Forum, a ser realizado no Rio de Janeiro/RJ, nos dias 22 e 23 de agosto de 2013.

RELATORA: Conselheira Mariana Rosada Pantano
 PROCESSO: 16847-800999/2013
 INTERESSADO: Marcelo de Aquino

LOCALIDADE: São Paulo
 ASSUNTO: Pedido de afastamento para, sem prejuízo dos vencimentos e demais vantagens do cargo, participar do "VIII Congresso Brasileiro de Regulação", promovido pela Associação Brasileira de Agência de Regulação - ABAR, a ser realizado em Fortaleza/CE no período de 19 a 23 de agosto de 2013.

RELATORA: Conselheira Regina Marta Cereda Lima
 PROCESSO: 17040-816522/2013
 INTERESSADO: Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Estado

LOCALIDADE: São Paulo
 ASSUNTO: Pedido de afastamento para, sem prejuízo dos vencimentos e das demais vantagens do cargo, participar do "VIII Congresso Brasileiro de Regulação", promovido pela Associação Brasileira de Agência de Regulação - ABAR, a ser realizado em Fortaleza/CE no período de 19 a 23 de agosto de 2013.

RELATORA: Conselheira Regina Marta Cereda Lima
 PROCESSO: 17040-816522/2013
 INTERESSADO: Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Estado

LOCALIDADE: São Paulo
 ASSUNTO: Afastamento de Procuradores do Estado para, sem prejuízo dos vencimentos e das demais vantagens do cargo, participarem da Conferência "Código Florestal Implantação e Cumprimento", promovida pela VIEX Americas Organização de feiras e Eventos, a ser realizado em São Paulo/SP no dia 07 de agosto de 2013.

RELATOR: Conselheiro Alexander Silva Guimarães Pereira
 PROCESSO: 17040-843659/2013
 INTERESSADO: Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Estado

LOCALIDADE: São Paulo
 ASSUNTO